

Quilombo SC, 06 de janeiro de 2025.

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR
NEREU CÂNDIDO MARTINHAGO
PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
QUILOMBO – SC**

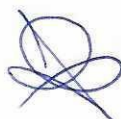
MENSAGEM Nº. 018/2025

**SENHOR PRESIDENTE
SENHORAS E SENHORES VEREADORES**

O Executivo Municipal de Quilombo – SC tem a honra de encaminhar à elevada apreciação de Vossas Excelências o presente Projeto de Lei, que **DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O presente Projeto de Lei tem como objetivo a criação do Conselho Municipal de Habitação, a fim de efetivar a política habitacional.

A política habitacional tem como finalidade promover o direito à moradia de famílias residentes no município de Quilombo/SC, voltada ao desenvolvimento humano de forma integral, associado ao desenvolvimento econômico, geração de emprego e renda, bem como elevando o padrão habitacional e qualidade de vida.



FONE: (49) 3346-3242

Rua Duque de Caxias, 165 - Quilombo - SC
CNPJ: 83.021.865/0001-61 - www.quilombo.sc.gov.br

Sabe-se da preocupação desta casa de Leis em relação às necessidades de o serviço público ser prestado de forma esmerada e eficiente, bem como a valorização dos servidores, por essa razão solicita-se a apreciação e a aprovação do Presente Projeto de Lei nos termos do artigo 41 da Lei Orgânica Municipal.



JAKSOM NATAL CASTELLI

Prefeito Municipal

PROJETO DE LEI Nº..../2025 – ... DE DE 2025.

**DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO
CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO
DE QUILOMBO, E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.**

JAKSOM NATAL CASTELLI, Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, **FAZ SABER**, a todos os habitantes do Município de Quilombo, que o Legislativo Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica criado o Conselho Municipal de Habitação de Quilombo - SC, com caráter normativo, consultivo e deliberativo, que objetiva acompanhar, avaliar e propor a política municipal de habitação.

Art. 2º. São da competência do Conselho Municipal de Habitação:

- I - convocar a Conferência Municipal de Habitação a cada quatro anos e acompanhar a implementação de suas resoluções.
- II - atuar na elaboração dos planos e programas da política habitacional de interesse social, assegurando a observância das diretrizes estabelecidas na Conferência Municipal de Habitação;
- III - deliberar sobre convênios destinados à execução dos projetos habitacionais, urbanização e regularização fundiária;
- IV - possibilitar a ampla informação à população e às instituições públicas e privadas sobre temas e questões relacionadas à política habitacional;
- V - propor ao Executivo projetos relativos a habitação e ao uso do solo urbano, bem como obras complementares de saneamento, infraestrutura e equipamentos urbanos;
- VI - constituir grupos técnicos, comissões especiais ou permanentes, quando julgar necessária para o desempenho de suas funções;
- VII - elaborar e aprovar seu Regimento Interno.



FONE: (49) 3346-3242

Rua Duque de Caxias, 165 - Quilombo - SC
CNPJ: 83.021.865/0001-61 - www.quilombo.sc.gov.br

Art. 3º O Conselho terá acesso ao cadastro do Patrimônio Imobiliário do Município de Quilombo, se necessário, para desenvolver seus trabalhos.

CAPÍTULO I

DOS OBJETIVOS PRINCÍPIOS E DIRETRIZES

Art. 4º O Conselho Municipal de Habitação terá como objetivo e diretrizes:

- I - Viabilizar e promover o acesso à moradia com condições de habitabilidade, dando prioridade para famílias de baixa renda;
- II - Articular e apoiar a atuação das entidades e órgãos que desempenham funções no sentido de habitação;
- III - Priorização de programas e projetos habitacionais que contemplem a melhoria da qualidade de vida da população de baixa renda e que contribuam para a geração de empregos;
- IV - Integração dos programas habitacionais com investimentos em saneamento, infraestrutura e equipamentos relacionados à habitação;
- V - Implantação de políticas de acesso à terra urbana necessárias aos programas, objetivando o pleno desenvolvimento das funções sociais e da propriedade;
- VI - Incentivo ao aproveitamento das áreas não urbanizadas ou subutilizadas existentes no perímetro urbano;
- VII - Permitir à sociedade o acompanhamento das ações do Conselho, demonstrando uma atitude de democracia;
- VIII - Desenvolver trabalhos dentro de uma postura de não permitir especulação imobiliária urbana;
- IX - Racionalização de recursos.

Art. 5º O Conselho deliberará sobre a política de subsídios, referente à concessão de subsídios para assegurar habitação exclusivamente aos pretendentes com renda familiar de até 3 (três) salários mínimos, residentes no Município há pelo menos 3 (três) anos.



CAPÍTULO II

DA COMPOSIÇÃO

Art. 6º O Conselho Municipal será composto por 9 membros, sendo 5 (cinco) do Poder Público e 4 (quatro) da Sociedade Civil:

I – Do Poder Público:

- a. Um representante da Secretaria Municipal de Administração;
- b. Um representante da Secretaria Municipal de Assistência Social;
- c. Um representante da Secretaria Municipal de Educação;
- d. Um representante da Secretaria Municipal da Agricultura e Meio Ambiente;
- e. Um representante da Secretaria Municipal de Serviços Urbanos.

II – Da Sociedade Civil:

- a. Um representante da Associação de Pais e Professores – APP das Escolas Estaduais;
- b. Um representante da Associação de Pais e Professores – APP das Escolas Municipais;
- c. Um representante da Associação Comercial de Quilombo e Região – ACIQ;
- d. Um representante dos Sindicatos atuante em Quilombo.

§ 1º Os representantes do Poder Público e da Sociedade Civil serão nomeados por Decreto pelo Prefeito Municipal.

§ 2º A cada representante indicado, será indicado também um suplente.

Art. 7º Os serviços deste Conselho são considerados de caráter relevante, não sendo atribuídos aos seus membros qualquer remuneração, incluindo a não geração de direito social trabalhista.

Art. 8º O mandato dos membros do Conselho é de 2 (dois) anos, permitida a recondução.

Art. 9º O Conselho será formado por uma Diretoria Executiva composta por 1 (um) Presidente, 1 (um) Vice-Presidente e 1 (um) Secretário, eleitos pelos membros titulares.



Art. 10 - As reuniões ordinárias serão realizadas mensalmente, se for necessário e obrigatoriamente a cada 90 (noventa) dias.

Art. 11 - Caberá ao executivo prover a estrutura para o adequado funcionamento de Conselho Municipal de Habitação.

CAPITULO III

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 12 – Cabe ao Conselho Municipal de Habitação elaborar e aprovar seu Regimento Interno.

Art. 13 – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, em de de 2025.


JAKSOM NATAL CASTELLI
Prefeito Municipal